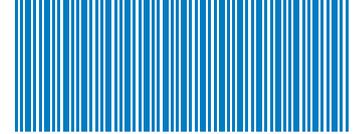




Veras Entrevista: Renato Nogueira

“Por uma escola mais corporificada”

“Adulthood”. A palavra surgiu em uma pesquisa de campo do projeto *Infância Falante*, que desde 2017 realiza rodas de conversa com crianças entre 5 e 12 anos de diversas regiões. Foi dita por uma menina de 8 anos, estudante de uma escola pública em Duque de Caxias (RJ) no final daquele ano. Atento à fala da menina, o filósofo e educador Renato Nogueira, Professor de Filosofia do Departamento de Educação e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), pediu para que ela explicasse o que seria “adulthood”: “É essa coisa dos adultos acharem que sabem de tudo” – explicou, e deu alguns exemplos de adultidades com os quais o grupo inteiro de



crianças concordava. “A adultidade, para ela, é uma condição em que se perde o tempo de brincar, perdeu-se o tempo das coisas na vida. O adulto perdeu alguma coisa que tinha quando era criança, que tem a ver com a curiosidade pelas coisas”, explica Nogueira ao comentar o episódio nesta entrevista.

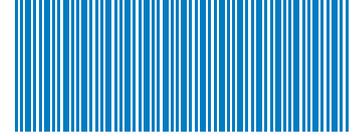
Em 2019 a expressão seria usada por ele, com o devido crédito, em um artigo na *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação* (vol. 31): “Na ocasião, a estudante Olivia Griot, 8 anos, 3º ano do Ensino Fundamental reclamou da ‘adultidade’ como um modo de opressão e dominação”, explicou, propondo nesse trabalho acadêmico que a superação da adultidade poderia ser feita “através da infancialização”.

Nesta entrevista, Renato Nogueira fala de sua visão de infância, marcada pela perspectiva do quilombismo de Abdias Nascimento (onde conhecimentos, aprendizagens e objetos são sempre compartilhados) e da pluriversalidade, um conceito do filósofo sulafricano Mogobe Ramose que se opõe à ideia de universalidade. No seu entender, sob essa perspectiva a escola seria mais “corporificada”. Nogueira também analisa as conquistas rumo a uma educação antirracista que as leis que tornaram obrigatório o ensino das culturas africana, afrobrasileira e dos povos indígenas vêm propiciando e, para os professores de sua área de origem lança uma provocação: “Por que ninguém fala que a filosofia nasceu na África, e não na Grécia?”

por Ricardo Prado, editor da Revista *Veras*

Revista Veras: Você traz o conceito de pluriversalidade, do filósofo sulafricano Mogobe Ramose, que se contrapõe à ideia da universalidade. Esse conceito provoca uma espécie de curto-circuito nas ideias ao mostrar a contradição intrínseca na expressão “universal” e me parece que tem a ver com um jeito diferente de ver as coisas, que integre diferentes perspectivas, sem um sentido de centro e periferia. Queria que vc explicasse esse conceito para os leitores.

Renato Nogueira: A noção de pluriversalidade compreende que existem muitas visões, muitos sentidos de mundo, e não há uma única forma que consiga abarcar todas as culturas de uma sociedade. O que significa que há uma amplitude de repertórios, de abordagens, de



perspectivas, num sentido em que a perspectiva não é só um ponto de vista, mas podemos vê-la como um design, que tem o objetivo de dar profundidade a determinado assunto. Existem maneiras diversas da humanidade realizar as coisas, e nesse sentido, pluriversal quer dizer que nem todas as sociedades fazem as coisas da mesma maneira.

A pluriversalidade pode ser vista como uma perspectiva que reconhece a existência de vários sistemas de compreensão da realidade, e tem relação com o relativismo e o pluralismo, em certa medida, mas também tem relação com a compreensão de que existem muitas visões de mundo, e não há uma única que abarque a diversidade da humanidade. Essa é a proposta do Mogobe Ramose, que vai num sentido de ampliar o repertório.

Revista Veras: Sobre uma possível consequência didática para esse modo pluriversal de ver as coisas na escola você especula, em um dos seus artigos, sobre uma aula de geometria que, bebendo nas fontes da etnomatemática, propusesse um exercício de dança. Queria que você discorresse um pouco sobre essas possibilidades de interdisciplinaridade que uma escola mais pluriversal poderia ter como práticas.

Renato Nogueira: Eu penso que não é nada fácil porque é uma mudança da própria escola, que passaria a trabalhar não só do pescoço pra cima, mas também os membros inferiores, o corpo todo. Seria uma escola mais incorporada, corporificada, onde as atividades seriam mais sinestésicas, não haveria tanta separação. Poderíamos ter uma realidade mais interdisciplinar, mais multidisciplinar e também seria possível haver uma escola na qual os jovens pudessem dar também as suas disciplinas. E essas seriam dinâmicas, mudariam de acordo com a experiência, com várias áreas do conhecimento integradas. Um aprendizado que esteja ligado à especulação sobre a vida e ao ócio criativo, com tempo livre pra pensar sobre as coisas. Mas isso me parece difícil, porque requer uma relação com a realidade de menos objetificação.

Parece que há um modelo, um paradigma que algumas sociedades insistem em usar, e isso não quer dizer que elas tenham soluções para todos os problemas, com o qual conseguem “desobjetificar” as coisas. Como, por exemplo, a visão de mundo dos krenak [*etnia indígena pertencente ao grupo Jê*]. É um modelo circular onde o currículo está muito integrado, como se não houvesse uma separação formal das coisas, que se encontram associadas, não são desarticuladas. Isso requer quase que uma refundação da escola, é uma outra maneira de aprender, uma relação cosmofílica. A cosmofilia é um conceito que aparece com o [*escritor*] Antonio Bispo dos Santos, e que seria uma amizade com o universo, uma amizade com a vida. Não é tratar o



mundo como um rival a ser vencido, nós vamos vencer o desafio da natureza, mudar a natureza etc. A cosmofilia é uma relação de parceria colaborativa com a natureza e com os outros.

Revista Veras: Essa ideia da cosmofilia e da relação colaborativa com os outros lembra também outro conceito que você trabalha, que é o quilombismo, criado pelo Abdias Nascimento. Que tipo de ensinamento o quilombismo pode trazer para a educação?

Renato Nogueira: O Abdias é muito interessante, ele usa uma expressão suaíli que é *ujamaa*, que significa “tornar melhor o mundo que nós recebemos”. Nós precisamos cuidar das coisas porque, de certa forma, somos usufrutuários delas. Não há uma coisa que é minha. Eu fiz uma *live* com uma pesquisadora jovem da etnia guarani, chamada Jenny Nunes, e ela disse que na língua guarani não existe o pronome “meu”. Não se fala “a minha rede”, mas algo como “a rede que eu uso”, há um outro tipo de pronome. Isso é interessante porque mostra que eles não são proprietários das coisas. No quilombo também não. Se você vive em um quilombo, quando se casar vai ter um pedaço de terra pra você, mas a propriedade da terra é coletiva, pertence a todos os membros daquele quilombo. Então, o quilombismo quer agregar os valores políticos do quilombo. Quais são eles? Um deles diz que temos que colaborar pra viver juntos. Não tem jeito, é preciso dividir, compartilhar as coisas. A lição do quilombismo pra escola é que a escola é um território, uma instância política e social onde vamos aprender coisas juntos, sendo esse um espaço de treinamento colaborativo para a vida. Ou seja, quais são as habilidades e competências que precisamos desenvolver para aprendermos a conviver juntos, porque não dá pra viver isolado. Somos interdependentes, não é possível só você aprender. Precisamos de outras pessoas.

Revista Veras: Você tem questionado a origem grega da filosofia, pleiteando que há antes dela a filosofia africana. Que tipo de implicação essa discussão tem, por exemplo, para um professor de Filosofia no ensino médio?

Renato Nogueira: Esse impacto muda o livro didático de ensino de filosofia para o ensino médio. Porque se lê em quase todos os livros que a filosofia nasceu na Grécia, no século VI a.C, em Atenas, e só o que muda é o nome do autor: ou Tales de Mileto, ou Sócrates, ou Platão. Mas é sempre um grego que escreveu filosofia pela primeira vez. O que eu estou a dizer, e faço isso junto com os autores que eu cito sempre, como Molefi Asante e George James, é que existe filosofia antes dos gregos, no continente africano. A África teve filosofia antes



da Grécia, e o Pitágoras só usou o termo “filosofia” depois de voltar de uma escola africana. Ele estudou na Per Ankh, no Kemet [*centro de altos estudos do Egito Antigo*]. Isso é reconhecido pelos biógrafos, que dizem que ele só usa o termo “filosofia” depois de voltar do Kemet. Mas é como se ele só tivesse ido passear na África. Esses textos existem, mas são pouco explorados. Tanto que na minha formação em filosofia eu não aprendi. Só fui entrar em contato com eles a partir do movimento social, do movimento negro, e por conta do meu falecido avô. Eu sou de uma família de *griot*, que é uma função social no oeste da África, na região do Mali, Burkina Faso, Guiné, que designa professores ou contadores de histórias, e ouvi as histórias que meu avô ouvia do avô dele. E nessas histórias havia uma certeza: o nosso povo sempre fez filosofia. Por ser uma família que mantinha essa tradição, eu tive contato com isso.

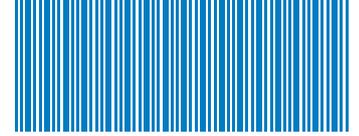
Os professores de filosofia praticamente não conhecem isso. E a reação de muitos é nem querer conhecer. Dizem: “Ah, mas o termo ‘filosofia’ é grego”. Mas, espera aí: música também é um termo grego, que quer dizer ‘encantamento das musas’. Mas eu vou achar que antes dos gregos ninguém tocava nenhum instrumento? Há textos africanos que são de 2.000 a.C e não se lê. Qual é o problema dos gregos não terem sido os pioneiros na filosofia?

Revista Veras: Mas um professor de filosofia consegue acessar esses textos?

Renato Nogueira: Houve muita dificuldade em acessar esses textos no passado, só havia traduções em francês e inglês, mas hoje há muita coisa traduzida para o português. O Anderson Flor Nascimento, professor da UnB, tem feito um bom trabalho de tradução. Está mais fácil de achar agora. Mas é preciso ter disponibilidade para ir procurar.

Revista Veras: Outro conceito inovador (ou renovador) que você traz, desta vez do filósofo ugandense Dismas Masolo, é o de polirracional, que questiona a noção da razão monolítica. Novamente, como expandir esse conceito para a sala de aula?

Renato Nogueira: O que o Dismas Masolo vai dizer em relação à ideia de polirracional é que não há *uma razão*, com R maiúsculo, da mesma forma como há vários softwares, vários programas que podemos rodar em um computador, com lógicas distintas. Algumas sociedades são binárias; já sociedades polirracionais usam sistemas de esquartejamento, de composição, de sistematização da realidade que são diferentes. Algumas sociedades têm tipos de lógicas distintas. Um exemplo simples: em algumas sociedades não existe a palavra “ciú-



me”. Isso eu aprendi com os hereros, um povo aldeado entre Namíbia e Angola. Os hereros não têm uma palavra que se aproxime disso, eles me disseram, porque as relações são mais permissivas. Não é uma questão de ser melhor ou pior, mas é um outro formato. Assim, a lógica explicativa com que nós justificamos o ciúme não faz sentido em muitas culturas. Polirracionalidade significa que raciocinamos a partir de modelos operacionais distintos. Então, as relações amorosas, as relações de cuidados, de parentesco são diferentes em cada sociedade. E a maneira de raciocinar, de representar a realidade, se modifica.

O Ailton Krenak diz que o rio Doce é o avô deles. Entre o povo krenak, e isso não é diferente entre os yanomami, os seres da natureza são bichos ou pessoas. O rio é uma pessoa, uma montanha é uma pessoa. Eu adquiri esse livro na Amazônia, [*mostra O livro das árvores em suas mãos*] em um evento que reuniu 80 etnias diferentes. Nesse livro, escrito de forma coletiva, os índios tikuna falam das árvores: eles desenham, falam de suas propriedades e *conversam* com elas. E isso explica por que a árvore não pode ser cortada. E se você conversa com o rio você também não pode mudar o seu curso, porque o rio tem uma vontade própria. Veja o que aconteceu com a cidade de São Paulo, onde soterramos as fontes dos rios, e isso provoca as enchentes. Para um indígena é impensável se mudar o curso de um rio. Não é que os krenak, ou os tukuna, tenham a solução para os problemas do mundo inteiro mas, em algumas áreas da vida humana, eles têm soluções mais interessantes do que o modelo civilizatório ocidental capitalista. Por esse modelo pode-se mudar o curso de um rio, enquanto na outra forma de pensamento nós é que temos que nos adaptar à vontade do rio, não é a natureza que tem que mudar. É uma outra perspectiva, uma visão de mundo, uma lógica, uma racionalidade que faz outras inferências porque parte de outros pressupostos. Isso é o que é interessante deste conceito da plurirracionalidade.

Revista Veras: Agora vamos falar de mais um conceito que você tem trabalhado, este um neologismo, que teria sido dito por uma estudante de 8 anos em um grupo focal: adultidade. Comente essa história e por que essa ideia lhe pareceu tão potente.

Renato Nogueira: Foi numa pesquisa de campo, no final de 2017, em uma escola de Duque de Caxias, onde íamos para as salas conversar com as crianças em grupos focais. Eram crianças do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Misturamos as turmas, fizemos peças de teatro com elas, assistimos filmes, brincamos, conversamos. Eu queria que as crianças construíssem a escola ideal para elas. Como seria essa escola? E numa das conversas, anotando as coisas que as crianças



comentavam, surgiu essa expressão, “adulthood”, trazida por uma menina de 8 anos. Essa é uma pesquisa consentida, com declaração assinada pelos pais, que aceitam que os conteúdos possam ser revelados. Quando a provocamos para que explicasse a expressão ela disse: “É isso de os adultos acharem que sabem muito, que eles são demais”. Eu não havia pensado disso: adulthood é a idade do adulto. Ela foi falando, dando exemplos, e as outras crianças concordando. Então, isso foi um achado porque a gente queria que elas dissessem o que queriam com a escola, essa era a tese da pesquisa.

Revista Veras: Ou seja, do ponto de vista das crianças, haveria muita “adulthood” na escola?

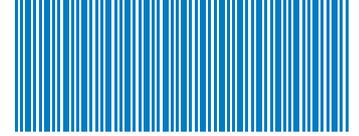
Renato Nogueira: Sim, os adultos acham que têm resposta para tudo. Só que a adulthood, para ela, é uma condição em que se perde o tempo de brincar. Perdeu-se o tempo das coisas na vida. O adulto perdeu algo que tinha quando era criança, que tem a ver com a curiosidade pelas coisas. A criança não dá de barato, ela é movida pela curiosidade e pelo sentimento da brincadeira. Tanto que isso nos inspirou, eu e uma professora da UERJ, Luciana Pires Alves, a discutir a brincadeira e o jogo com as crianças, que, aliás, já foi tema de estudos, como o do [historiador] Johan Huizinga, no livro *Homo ludens*. Esse trabalho com as brincadeiras começou em 2018.

Revista Veras: E sobre a infancialização, que se colocaria em oposição à “adulthood”, como você a definiria?

Renato Nogueira: Essa noção de infância está muito ligada à leitura de uma abordagem do povo iorubá e dos guaranis, e também está presente em outros povos africanos que têm o conceito *ubuntu* [filosofia africana, presente na cultura de alguns grupos que habitam a África Subssariana, cujo significado se refere a humanidade com os outros], como ndebele, swati, xhosa e zulu. A infancialização é uma perspectiva cultural, uma forma criativa de abordar a realidade. A infância não precisa ser perdida, não é algo a ser negado, mas algo a ser realizado, a ser mantido. A potência criativa da infância, que todos nós temos, deve ser mantida.

Revista Veras: Essa visão da infância potente se oporia àquela que vê a criança como um estágio em direção ao adulto, uma espécie de pré-adulto, é isso?

Renato Nogueira: Sim, com essa visão de que ser criança é um estágio antes do adulto, ou que a infância é marcada por uma ausência. Não, vamos falar da potência criativa, que reinventa a realidade, e que os



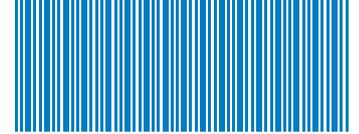
adultos também têm, mas vão perdendo. Não se trata de idealizar a infância, mas perceber que as crianças se encontram em outro habitat. Nos povos indígenas, em muitos povos tradicionais, as crianças veem seres encantados, podem se aproximar de certas regiões que estão entre o nosso mundo e o mundo espiritual, elas habitam esse lugar. Os adultos não conseguem enxergar isso, por exemplo.

Revista Veras: Queria que vc comentasse o impacto das leis 10.639 e 11.645, que tornaram obrigatórios o ensino da cultura afrobrasileira e indígena na educação básica. Elas já conseguiram mudar alguma coisa no cenário educacional do Brasil?

Renato Nogueira: É um processo, que modifica, não é infértil não. Essa legislação já tem 18 anos, e muitas escolas estão implementando [a lei] com mais vigor, porque vai depender muito das pessoas que estão envolvidas. Nos anos 2010, 2011 e 2012 houve um advogado, Humberto Adame, que entrou com vários processos contra secretarias estaduais de Educação e escolas que não implementavam a lei. Ele e um grupo de advogados antirracistas. Então, veja o que acontece: em 2018 eu fui para Giruá, no Rio Grande do Sul, porque a Secretaria Municipal de Educação me pediu uma consultoria, um apoio na implementação da história da cultura africana no currículo da cidade. Foram uma série de atividades, como palestras, bate-papos, voltadas para a rede. Então, o que eu tenho sentido é que mais escolas se interessaram pelo tema. A lei é fundamental porque dispara o interesse, o esforço para a construção de um currículo que contemple a história das culturas africana, afrobrasileira e também a dos povos indígenas.

Revista Veras: Falta material didático para os professores aplicarem bem as leis ou o que falta é acesso a eles?

Renato Nogueira: Esse material didático passa por um problema de circulação e distribuição. Porque há cada vez mais material didático, da educação infantil ao ensino médio, são dezenas de livros [exemplifica mostrando diversos títulos que pega em sua estante], mas as redes nem sempre se organizam para suprir as escolas com esse material didático. Muitos não têm interesse em ter esse material, ou não tem isso no radar. Então, é preciso que cada escola se organize para fazer uma seleção de livros que leve em conta os conteúdos de história e cultura africana, afrobrasileira e dos povos indígenas. É preciso fazer esse tipo de recorte, não dá pra adquirir só *Branca de Neve e os 7 anões* ou *Rapunzel*, se estamos falando, por exemplo, de literatura infantil. Mas para isso é preciso sair do padrão mais tradicional, eurocêntrico, branco, classe média.



Revista Veras: Houve um momento em que a expressão “preto” e “preta” foi retomada pelo movimento negro. O que fez mudar o sentido dessas palavras?

Renato Nogueira: O termo “negro” é usado sem problemas por ativistas negros desde o final do século XIX, início do século XX, com a Frente Negra, mas o que acontece é que muitos jovens ligados ao movimento rap, ao hip-hop, estão usando mais o termo “preto”, pra caracterizar alguma coisa que começou lá atrás. Porque o IBGE [*Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*] possui cinco categorias de cor de pele: preto, pardo, branco, amarelo e indígena. A somatória de pretos e pardos é que dá a população negra. Só que, antes da abolição, os pardos eram aqueles ex-escravos que tinham carta de alforria, a gente vê isso nos textos do historiador Petrônio Domingues, da Universidade Federal do Sergipe. Ele e outros historiadores ajudam a pensar isso: pardo não tinha relação com a cor da pele. Mas no século XX pardo passou a ser uma pessoa negra mais clara, uma questão de tonalidade mediada pelo senso comum. O pardo seria uma pessoa negra menos pigmentada e preto uma pessoa negra mais retinta. O que algumas alas do movimento negro têm usado é o termo preto pra todo mundo, abolindo o termo pardo, pra dessa forma fazer jus a compreender as pessoas negras. Tenho percebido que entre os mais jovens, nos coletivos universitários, eles têm preferido usar o termo “preto” e “preta” para, de certa forma, enfatizar essa identidade.

Revista Veras: E como você avalia a onda conservadora na educação brasileira, especialmente na esfera federal que, muitas vezes, tem questionado vários aspectos dessa legislação?

Renato Nogueira: Eu diria que é uma onda conservadora, até reacionária, e identitarista. Eles são identitaristas, adeptos de uma ideia da branquitude como norma. São classistas também, porque a concepção de escola que eles têm é de uma escola que não é pra todos, além de uma ideia de excelência que é muito complicada. O identitarismo é só querer ver o próprio espelho, o que significa uma dificuldade em reconhecer a diversidade da vida, o quanto o mundo é diverso. É como se eles quisessem pregar uma realidade que não existe, somente branca, classe média, heteronormativa, de um certo modelo de família. Acho que isso é um problema, o de não reconhecer a realidade, porque o mundo real está dizendo outra coisa. Acho que há um saudosismo, até mesmo escravagista, de uma escola que atendia só a classe média, e a população mais pobre, negra, estava excluída. “Ah, como era bom antigamente”. Esse “antigamente” era uma escola pública, nos anos 1960 e 70, que não atendia todo mundo. E nos



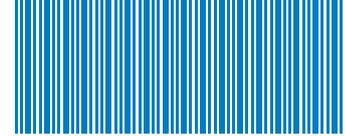
anos 80 ela começa a expandir, daí vai entrar a população negra, surge a educação escolar indígena, tem pessoas trans que vão estudar, isso tudo muda a escola.

Essa onda conservadora, reacionária, é perigosa porque ela é contra a democracia, porque a democracia insiste em dizer 'tem diversidade, é vasto, é amplo'. O debate público tem que ser feito de forma qualificada, e por muitas vozes. Essa onda só quer ouvir uma única perspectiva, uma única voz. E isso é ruim pra todo mundo porque quanto mais exclusão for produzida, mais conflitos teremos na sociedade. E conflitos que não são de fácil resolução. Os conflitos fazem parte, mas eles existem para que se encontrem caminhos coletivos.

Revista Veras: A pandemia amplificou a desigualdade na educação. Que lições essa tragédia trouxe para os gestores públicos da educação, pensando principalmente naqueles responsáveis pela educação básica, os secretários municipais e estaduais?

Renato Nogueira: Precisamos enfrentar a desigualdade. Acho que essa foi a lição fundamental. As desigualdades são fatores que impedem que a escola chegue da mesma forma para todo mundo. Não é o mérito individual, há condicionantes históricos, sociais, fatores psicológicos que atrapalham. Existe um design cada vez menos universal do estudante. Quem faz gestão escolar precisa olhar para cada grupo, para cada criança com disponibilidade para escutar as dificuldades, para saber separar o que é da ordem do esforço pessoal, o exercício da autonomia da criança, do adolescente e do jovem, e também dos adultos que estão estudando, e separar isso das condições. Porque se eu quero colocar um prego na parede mas não tenho martelo é muito difícil. Talvez até consiga colocar um prego na parede, mas vai ser mais difícil. Então, onde estão as ferramentas? As redes públicas muitas vezes não têm internet, em muitas casas não há computador, ou um único celular na casa às vezes é usado por quatro pessoas. Há carga horária extra, serviço doméstico, alta espaço privado para o estudo, isso tudo atrapalha. A pandemia aflorou essa desigualdade. E vamos precisar fazer o quê? Política pública social para combater essa desigualdade. Não dá pra achar que somente o esforço individual vai dar as condições para um ensino e aprendizagem que seja qualificado.

Revista Veras: Desde 2009, você lidera o Grupo de Pesquisa Afro-perspectiva, Saberes e Infâncias (Afrosin), que atua nos eixos infâncias, educação das relações étnico-raciais, artes e filosofia. Poderia apontar os principais estudos e linhas de pesquisa em curso?



Renato Nogueira: Continuamos fazendo pesquisa, os resultados são sempre parciais. O Afrosin é um grupo de processo. No momento estamos voltando a fazer pesquisa com as crianças, que era uma dinâmica que foi interrompida pela pandemia em 2019 de ir pra campo e fazer pesquisas com as crianças. Nessas pesquisas qualitativas com as crianças nós enfatizamos que elas façam parte da pesquisa, que sejam também pesquisadoras. Isso é fundamental pra nós. A criança faz um protocolo de pesquisa, ela usa gravador, escreve, mas precisamos parar por conta da pandemia.

Revista Veras: O objetivo com esse trabalho de escuta das crianças é avaliar qual é a visão delas da escola?

Renato Nogueira: Sim, e também pensar em como as crianças podem fazer parte dos processos de decisão e gestão da escola. Como elas podem contribuir, que ferramentas têm para mostrar às pessoas adultas, que fazem a gestão da escola, o que é melhor para elas, crianças? Por exemplo, trocar o horário do recreio das 10 para as 8 da manhã. Muitas crianças dizem que preferem porque estão com fome logo cedo. Nem sempre o que elas precisam é o que os adultos acham que elas precisam. As crianças têm pouca voz na escola. Os jovens têm mais voz, conseguem negociar mais, mas crianças com 6, 7 ou 8 anos negociam menos. Como se media isso? Como conseguimos trazer ferramentas para que elas consigam intervir na escola, junto com os adultos? As escolas deveriam ter um Conselho Consultivo com a participação das crianças. Estávamos em algumas escolas, públicas e privadas, e resolvemos agora focar em uma única escola, em Duque de Caxias. Estaríamos já com alguns resultados dessa pesquisa não fosse a pandemia que interrompeu o trabalho de campo no final de 2019.

Revista Veras: Para encerrar, o que você recomendaria, como atitude, para um professor ou professora que presenciasse uma cena racista entre seus alunos?

Renato Nogueira: Ele tem que enfrentar essa situação. É preciso parar a aula e conversar sobre o assunto: ‘O que aconteceu aqui, agora? Foi racismo? Não foi racismo?’. Dependendo da turma pode-se pensar em fazer uma encenação, uma espécie de teatro, encenar o que aconteceu. E mostrar, por meio da arte, o racismo. Esse professor pode até combinar com um colega, fazer um trabalho interdisciplinar. É preciso falar sobre essas coisas.

